

# O HABITUS E O HÁBITO DE D. PEDRO II: NOVOS OLHARES SOBRE OS DIÁRIOS DO IMPERADOR

ALESSANDRA BETTENCOURT FIGUEIREDO FRAGUAS  
E THAIS CARDOSO MARTINS \*

## 1. Introdução

Este trabalho é o primeiro resultado da pesquisa desenvolvida pela equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial relacionada ao projeto *Conjunto documental relativo às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo*, nominado pela UNESCO com o Registro Nacional Memória do Mundo do Brasil, em 2010.

O grande desafio para a equipe que analisa esta documentação com vistas à elaboração do dossiê a ser apresentado para a candidatura ao Registro Memória do Mundo Internacional da UNESCO, em 2012, é refletir sobre fontes exaustivamente examinadas, a partir dos novos domínios e abordagens historiográficas, das novas perspectivas teóricas e metodológicas e do novo paradigma institucional, pautado na Política Nacional de Cultura.

Obviamente, quando se mudam as perguntas, se alteram também as respostas, como nos diz René Rémond:

*A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela à própria mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias (...). (RÉMOND, 2003:13)*

Por isso, num primeiro momento, cabe sublinhar a trajetória dessas fontes, que integram o Arquivo da Casa Imperial do Brasil, doado ao Museu Imperial, em 1949, pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança.

---

\* Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Integra a equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial/Ibram/MinC.

Thais Cardoso Martins é Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É Arquivista do Instituto Brasileiro de Museus, lotada no Arquivo Histórico do Museu Imperial/Ibram/MinC.

Esta documentação, que é um fundo com caráter eminentemente privado, já havia sido organizada pelo historiador Alberto Rangel, cujo inventário sumário foi publicado em dois volumes pela Biblioteca Nacional, em 1939, portanto, em um contexto bastante específico da história e da historiografia no Brasil.

Neste sentido, pensamos como desdobramentos do projeto, por um lado, a reflexão crítica, a fim de rompermos com a perspectiva da historiografia positivista e factual e com as narrativas hagiográficas, laudatórias dos grandes personagens da história e, por outro lado, a problematização teórica a partir das fontes privilegiadas, que são os 46 diários do imperador d. Pedro II, que integram o conjunto documental, notadamente os diários da segunda grande viagem pelo Brasil, de 1859-1860, quando visitou as províncias do Norte, partindo do Rio de Janeiro até a Paraíba, e o diário da viagem aos Estados Unidos da América, em 1876, os quais nos possibilitam uma análise comparativa da trajetória de d. Pedro II.

Portanto, mostrarmos e compartilharmos as reflexões a partir da pesquisa que ora desenvolvemos, constitui-se o principal objetivo deste trabalho.

## **2. A viagem dos papéis**

O Arquivo da Casa Imperial do Brasil é constituído pela documentação que pertenceu à família imperial, e que foi reunida desde o momento da vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808. Após a Proclamação da República e a decretação da Lei do Banimento em 1889, esses documentos foram enviados ao Castelo d'Eu, residência ocupada pela família imperial no exílio.

A reunião dos registros documentais de cunho particular e o envio à França foram confirmados a partir da profunda ligação existente entre d. Pedro II e seus papéis. Passados sessenta anos, em 1949, a documentação foi doada ao Museu Imperial pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto de d. Pedro II. Atualmente o fundo documental Arquivo da Casa Imperial do Brasil é custodiado pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial e é aberto à consulta.

A diversidade de relatos que abrangem os períodos do Brasil Reino, Primeiro e Segundo Reinados e fase inicial da República, qualificam esse fundo de Arquivo como um considerável manancial de fontes históricas, muitas delas, jamais exploradas.

Esses documentos, como dito, já haviam sido organizados pelo historiador Alberto Rangel, contratado pela família imperial para executar um considerável e árduo trabalho arquivístico de estudo da documentação, formada por cerca de 80 mil documentos, para a elaboração do inventário, publicado em 1939 pela Biblioteca Nacional sob o título de *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu*.

O mesmo historiador foi responsável pela reincorporação a este fundo de uma importante fonte documental, cuja autoria é de d. Pedro II. Ao comprar no *Leilão do Paço* uma escrivadinha que pertenceu ao mobiliário da família imperial, Rangel encontrou em uma das gavetas a caderneta da viagem ao Alto Nilo, escrita pelo imperador em sua viagem ao Egito. A reintegração da caderneta ao fundo documental representou valiosa contribuição aos estudos históricos que se sucederam à doação do Arquivo da Casa Imperial do Brasil ao Museu Imperial.

Os registros contidos nesse fundo documental revelam os meandros de nossa história e possibilitam as contínuas disseminação e produção de conhecimento, funções primordiais das quais devem ser imbuídas as instituições culturais.

No âmbito da elaboração do dossiê de inscrição encaminhado à UNESCO<sup>1</sup>, a equipe do Arquivo Histórico fez num primeiro momento um estudo da documentação do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, através de seu Inventário, para destacar dentro desse grande fundo unicamente os documentos relativos às viagens do imperador d. Pedro II, baseando-se no recorte temporal obtido a partir de bibliografia especializada: 1840-1891.

A partir dessa etapa, foram obtidos 870 documentos que formaram o conjunto documental sobre as viagens do imperador. Pode-se dizer, portanto, que o inventário foi o principal instrumento usado pela equipe do Arquivo Histórico para conceber o levantamento dos documentos apontados no dossiê enviado à UNESCO.

Neste levantamento pode ser observada a presença de diários pessoais, cadernetas e itinerários de viagens, correspondências, registros de visitas e contatos do imperador, relatórios de despesas da mordomia imperial, jornais e outros periódicos, panfletos,

---

<sup>1</sup> O programa Memória do Mundo da UNESCO foi criado em 1992 com o objetivo de identificar documentos ou conjuntos documentais que apresentem valor de patrimônio da humanidade. Este título, focado na salvaguarda e difusão de registros textuais, iconográficos, cartográficos e audiovisuais, equivale ao conferido pela UNESCO a conjuntos arquitetônicos, paisagísticos e artísticos.

programas, saudações e homenagens, convites, desenhos e gravuras; fontes primárias representativas de um tempo, as quais conservam as minúcias sempre presentes nos relatos do imperador e a forma pela qual ele próprio cultivava uma constante preocupação com a preservação de seus testemunhos. Considerando a diversidade e a quantidade de espécies documentais e de assuntos existentes e a descrição sumária dos registros, a equipe de pesquisa percebeu que o inventário não seria um instrumento eficientemente capaz de indicar todos os documentos relativos às viagens, devido à ausência da pormenorização de fatos e relatos. Em outras palavras, os 870 documentos localizados através do uso do inventário não representam a totalidade de documentos enquadrados nos recortes temporal e temático trabalhado pela equipe do Arquivo Histórico.

Partindo dessa proposição e pensando na candidatura internacional, a equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial iniciou um trabalho de leitura de todos os documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil compreendidos entre 1840 e 1891, objetivando acrescentar novos relatos ao dossiê.

Esse minucioso trabalho de leitura e pesquisa, tem como objetivo não somente a localização de novos documentos, mas uma releitura das fontes, que apesar de já terem sido amplamente trabalhadas, não foram exploradas, de modo sistemático, levando-se em consideração as novas perspectivas historiográficas.

No decorrer desta fase a equipe do Arquivo Histórico vem encontrando documentos que pertencem ao contexto das viagens e que jamais poderiam ser localizados através do inventário de Rangel. Este processo permite que sejam elaborados novos verbetes, cujo cunho descritivo analítico complementar e aperfeiçoará o inventário que conhecemos hoje, contribuindo para a consolidação da produção de conhecimento histórico. Outro feito será a formação de um catálogo temático, com foco nos documentos relativos às viagens, e a reedição revista e ampliada dos diários do imperador.

Essa releitura das fontes também permite a identificação de outros assuntos, não semelhantes àqueles do contexto das viagens. Dessa forma, é possível aperfeiçoar os levantamentos documentais já existentes e criar novos instrumentos de pesquisa, a partir de assuntos não abordados ou vistos anteriormente nesse fundo documental.

De acordo com a historiadora e especialista na área de Arquivos, Heloísa Liberalli Bellotto (BELLOTTO, 2006:151), ao pensarmos em Arquivo Histórico è importante

adequar o arranjo, ou seja, a classificação que receberão os documentos, ao indivíduo que faz o uso deles, não deixando de respeitar as especificidades dos documentos e de observar sua ordem original. O indivíduo que faz uso desses registros, em outras palavras o pesquisador, é majoritariamente o historiador, que ao se debruçar nas fontes a ele oferecidas, constroi a História.

O trabalho arquivístico aliado à História é benéfico ao pesquisador eventual e ao historiador essencialmente. “O Arquivista não é o protagonista do Arquivo. Entretanto, ele ali está para que a informação (...) seja a verdadeira protagonista a desempenhar seu papel”. (BELLOTTO, 1996:8). A ausência dos preceitos e metodologias arquivísticas tornaria irrealizável o trabalho do historiador.

De acordo com Marilena Leite Paes, o arranjo dos documentos de um fundo de arquivo, ou seja, a maneira pela qual os documentos serão classificados, consiste na análise dos documentos quanto a sua forma, origem e conteúdo e deve ser sempre baseado na organização primitiva, que corresponde à organização da entidade que produziu o fundo. (PAES, 2005:124)

O arranjo original porém, pode ser modificado para corrigir desvios de estrutura geral do conjunto, como o que vem sendo feito pela equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial, ao produzir verbetes mais elaborados e por vezes, modificar a notação de um documento que se encontra fora de seu contexto original.

O papel desempenhado pela equipe vem ao encontro do papel do arquivista responsável por Arquivos Históricos, que consiste em “(...) assegurar aos historiadores os testemunhos de cada geração, o modo de pensar e atuar de seus elementos quando em sua contemporaneidade”. (BELLOTTO, 2006:263)

“Na problemática da constituição do corpus documental e da seleção de fontes, o arquivista pode e deve trabalhar para o historiador, ou melhor, em prol do historiador” (BELLOTTO, 2006:265).

Os dois campos do conhecimento, História e Arquivologia, quando observados sob a ótica de Arquivos, constroem uma relação de constante reciprocidade. Enquanto o trabalho inicial do arquivista proporciona as bases técnicas para a construção da História, a análise crítica e a contínua participação do pesquisador dentro do Arquivo, permitem a abordagem dos documentos sob diferentes pontos de vista, fazendo com que novas interpretações sejam suscitadas e criando novas hipóteses de pesquisa, que

beneficiarão pesquisadores futuros quando da abordagem de determinados assuntos sob prismas diversificados.

Essa relação de reciprocidade e interdisciplinaridade satisfaz tanto a Arquivologia quanto a História. O projeto desenvolvido pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial vem alcançando resultados prósperos a partir do trabalho realizado por parte da equipe e por parte da constante e preciosa contribuição de consulentes.

### **3. O habitus do imperador: reflexões teóricas**

Como alerta Edward Palmer Thompson, em *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*, o trabalho do historiador deve se aprofundar justamente quando “adquire interesse cultural ou sociológico sério” (THOMPSON, 2005:151), ou seja, quando se apresenta a questão sociológica fundamental: qual o sentido da ação social para o agente social? Compreender a complexidade das ações e das motivações que interferem nas trajetórias individuais ou de grupos torna-se, portanto, fundamental à pesquisa histórica, e requer uma análise qualitativa das fontes.

A abordagem micro-histórica, que visa a aproximar o foco da análise para perceber minúcias e complexidades que de outra forma não seriam notadas, nos parece adequada, principalmente porque elegemos os diários do imperador como meios e fontes privilegiadas.

Em outras palavras, nos utilizamos dos diários para refletirmos sobre questões mais amplas inerentes ao período monárquico brasileiro, e buscamos nos textos escritos por d. Pedro II aspectos relevantes e reveladores em relação à nossa problemática teórica fundamental: a relação entre indivíduo e sociedade, a dialética sujeito, ou agente social, e estrutura social.

O conceito norteador do nosso trabalho é o *habitus*, na acepção que lhe confere o sociólogo francês Pierre Bourdieu: como um sistema de disposição individual, mas socialmente constituído; como disposições estruturadas, ou seja, socialmente inculcadas; como exterioridade interiorizada, que se exterioriza nas práticas. A partir do senso prático, do sentido que cada cultura fornece ao agente e que pode ser experimentado nas vivências cotidianas, é que Bourdieu aponta uma relativa autonomia para os indivíduos, que não são simples marionetes de estruturas predeterminadas, mas

que podem ter margem de autonomia de suas ações. Sem prescindir da objetividade da estrutura social, ou do espaço social, porque há sempre uma “intenção objetiva” que ultrapassa as “intenções conscientes”, Bourdieu reapresenta os agentes às análises sociológica e histórica, os quais passam a ser também responsáveis pelas possibilidades de transformação da estrutura social, o que é o motor do processo histórico.

Partimos da hipótese de que trajetória de d. Pedro II, expressa em parte em seus diários, é dialeticamente construída pela estrutura social, oligárquica, baseada na tríade latifúndio-monocultura-escravismo, e na relação biunívoca entre as esferas pública e privada, pautadas na personalidade e nas distinções sociais e culturais, mas, ao mesmo tempo, reelaborada pelo agente social – o imperador –, que se auto-constrói nesse processo, passando do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês (fundamentado na racionalidade, na laicização do pensamento, no cientificismo, na burocratização racional do Estado, via separação entre o público e o privado, etc).

Analisar esta contradição, por um lado, e repensar ambos os *ethos* – tanto o aristocrático como o burguês – como paradoxais ao espaço social e absolutamente distanciados da estrutura social brasileira, por outro lado, eis alguns dos desafios a que nos propomos.

#### **4. O hábito do imperador: os papéis das viagens**

O hábito de d. Pedro II de registrar todas as suas impressões onde quer que fosse, haja vista a profusão de anotações em papéis avulsos, além das 43 cadernetas, de modo extremamente detalhista, nos possibilitou o acesso a fontes privilegiadas pelo que podem nos revelar a respeito do segundo imperador do Brasil e, fundamentalmente, sobre o período monárquico brasileiro.

É emblemática a tese de Lilia Schwartz sobre a construção simbólica da imagem do imperador d. Pedro II, de órfão da Nação a cidadão cosmopolita e intelectual.

Somando-se a esta tese, é consenso entre os pesquisadores que havia por parte de d. Pedro II uma intenção racionalmente arquitetada para que seus relatos fossem deixados para a história (enquanto campo de conhecimento e como campo de acontecimentos). Há documentos onde esta vontade é claramente explicitada, como na carta enviada do

exílio, em junho de 1891, ao seu procurador Silva Costa<sup>2</sup>. Em muitos documentos, correspondências, por exemplo, fica clara a preocupação do imperador com a sistematização e a organização de seus relatos, mesmo que *a posteriori*.

No entanto, há muitos momentos nos diários onde, para parafrasearmos a metáfora empregada em *As Barbas do Imperador* (SCHWARCZ, 2010:25-33), o rei se deixa ver nu. Ou seja, há narrativas que deixam muito evidente que o projeto intencionado pelas elites nacionais para a construção da imagem do imperador e, por conseguinte, do próprio Estado Nacional, começou a destoar do *ethos* reelaborado por d. Pedro II, gerando uma contradição que, ao fim e ao cabo, levaria ao esgotamento da forma de governo.

Elegemos para efeito de comparação os diários de 1859 e o de 1876, a partir dos quais é possível observar indícios, a partir das falas, que demonstram o paradoxo e o distanciamento que se criou entre o imperador, enquanto indivíduo, e o seu governo, enquanto chefe de Estado, gerando, nas palavras de Lilia Schwarcz, a “desconfiança para com um imperador que começava a deixar de dialogar com o seu próprio contexto, e se impunha às elites que então controlavam, em boa parte, suas atividades e aparições públicas.” (SCHWARCZ, 2010:371)

Na viagem de 1859 percebemos a preocupação com a expansão do império para o interior, com a reafirmação do Estado Nacional, ou como indica Ilmar Rohloff de Mattos:

*(...) as políticas e práticas reveladoras que o Estado imperial empreendia expansão diferente, como resultado de singular combinação entre a impossibilidade de expansão territorial e a opção pela coexistência da nação brasileira com outras “nações” no interior de um mesmo território. Expansão diferente, mas permanente e constante, do Rio de Janeiro em direção às províncias, atravessando a “roça” e os “sertões”; expansão que ia ao encontro dos brasileiros que pretendia forjar não mais como meros adeptos de uma causa política (...), e, sim, para os inscrever na nação brasileira e imperial, como súditos e cidadãos a um só tempo (...)* (MATTOS, 2009:40)

Pontuamos em seus relatos sobre a passagem pela província da Bahia anotações de caráter etnográfico entrelaçadas com observações político-administrativas, destacando-se as muitas referências à adesão e ao reconhecimento da independência do Brasil nesta província, em julho de 1823.

---

<sup>2</sup> Esta carta faz parte do acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, sob a notação I-DAS-08/06/1891-PII.B.c



Percebemos como, passados 36 anos do fim das lutas pela independência na Bahia, o assunto ainda é recorrente nas reflexões do imperador, como demonstram os trechos a seguir:

*O caminho até Pirajá, na distância de quando muito duas léguas, não é bonito, e está muito pouco cultivado, aparecendo, contudo, de vez em quando, belas mangueiras, e craveiros da Índia e o Cajaíba disse-me que a terra é boa para café. Este barão, que é um perfeito militar, montando muito bem a cavalo, referiu-me que no ataque de 3 de outubro de 1822, junto à Capela da Conceição, o Muniz Tavares, hoje brigadeiro graduado, e mais 2 soldados, se entrincheiraram fazendo fogo a mil lusitanos, enquanto que o corpo comandado pelo Matos de Lucena (que também me acompanhava, como todos os outros oficiais hoje de patente superior no exército e armada, que tivessem tomado parte na luta da Independência nesta província, e puderam ser por mim convidados) se retirou por cobardia do comandante, se não inclui na informação do Cajaíba o haverem lhe tirado o comando do batalhão que ele organizara em S. Francisco para dá-lo ao Lucena que tinha maior patente. (...)*

*O ataque dos lusitanos, que aí teve lugar no dia 8 de novembro de 1822, foi revestido de circunstâncias singulares, que me contou o Cajaíba. A vitória dos brasileiros deve-se a um corneta trânsfuga português que descompunha, por meio dos toques, o exército lusitano, e neste dia, tocando a retirar, fez com que avançassem os lusitanos para debandarem para o lado do Campo do Cabrito e da Cidade, logo que ouviram os vivas dados a meu pai, pelo major de Pernambuco Santiago; os tiros de uma pequena peça assendada ao lado direito da igreja, para quem segue para o Cabrito, e o toque de degola da cavalaria que deu o tal corneta, quando apenas havia 300 brasileiros sobre que se dirigiam quatro colunas lusitanas, tendo por todos 4 mil homens, uma da parte da cidade, outra do lado do Cabrito, outra de Itapoã e outra em direção à praia próxima, que chegou ao desembarque, quando as outras já se debandavam. (PEDRO II, d., 1859)*

Já nos escritos sobre a passagem pela Província do Espírito Santo, sublinhamos as descrições, de caráter etnográfico, que d. Pedro II faz do seu encontro com os índios puris. O imperador elabora um vocabulário na língua tupi, traduzindo palavras desta para o português. Além disto, registra com alguns desenhos de sua autoria imagens dos índios com os quais esteve. Em outras palavras, os índios puris são objeto de descrições etnográficas, que se coadunam perfeitamente com outros relatos elaborados por viajantes estrangeiros, que percorreram o Brasil no século XIX.

O que nos chama atenção neste ponto é o fato de que o olhar do viajante sobre a população e a paisagem brasileiras não é mais o do viajante estrangeiro, mas a percepção de um brasileiro: o olhar do próprio imperador. No entanto, cabe a nós indagarmos o quanto este olhar também é europeizado e etnocêntrico.

Salientamos que, se de um lado há muito forte um imaginário construído pela corrente indianista do Romantismo, que foi utilizado em larga escala pelo Estado na primeira década do Segundo Reinado - a época da consolidação - como mito fundador, a fim de

afirmar as origens da nação, já em 1859-1860, a noção de processo civilizatório ganha destaque, quando o que sobreviveu da cultura indígena não remete mais às origens edênicas, mas representa a selvageria que precisa ser superada pela civilização.

*O chefe dos índios chamava-se Kenknám de 30 anos talvez; não quer dizer nada esse nome, como muitos dos deles. Tem ar muito sério. Os índios que se apresentaram são mutuns menos 2 do Sul, um deles rapazinho excelente atirador. Falam muito, riem e querem sempre comer. Os do Sul são em geral mais bonitos, havendo 2 índias de olhos azuis muito belas e claras e de cabelo ruivo; uma delas mulher do capitão Francisco.*

*Não quiseram vir com medo por causa do tiro dado num em Cueté. Os índios mostraram sentir muito o calor, mesmo dentro de casa, se não, era preguiça porque está muito suportável. Um velho deitou-se debaixo do canapé onde eu estava assentado.*

*Dançam em círculo passando os braços por cima dos pescoços dos vizinhos com diversas cantigas em toadas mais ou menos monótonas que um começa; não têm instrumento de música. Festejam assim diversos sucessos, sobretudo caçada, cujas peripécias referem nas cantigas; os Purus também dançam em círculo. Os meninos dançam à parte. Os índios assobiam muito.*

*Uma mulher dançava com o filho nas costas o qual suspendem pelas nádegas por uma embira que prende na cabeça. Algumas das toadas não me desagradaram e soltam às vezes seu grito ou assobio. As mulheres quando nuas dão um jeito às coxas que cobrem inteiramente as partes genitais, segundo disse o Rl. Pa de Carvalho.*

*A rapariga tinha os mamilos demasiadamente grossos. Havia um velho chamado Nahén muito rabugento.*

*Hén é o bicho de caramujo.*

*Os homens têm apenas buço mais ou menos longo. Ficaram muito contentes com os chapéus, e fumo, sobretudo, com o qual, bebendo água passam 3 dias sem comer, que se lhes distribuíram de minha parte e em minha presença.*

*Juparanã não sabem o que quer dizer, e Jum é pular na água. Segundo St. Hilaire na língua geral Ju - espinho. (PEDRO II, d., 1860)*

A viagem às províncias do Norte é, assim como a primeira grande viagem de d. Pedro II – a viagem às províncias do Sul, entre 1845 e 1846 -, uma viagem de conhecimento e de reconhecimento, claramente ligada à consolidação do Estado Nacional e à necessidade e urgência de se construir uma identidade nacional, o que já vinha sendo enfatizado desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Entre os relatos de 1860 e os de 1876, há uma passagem, já bastante conhecida, do diário de 1862, que nos dá pistas sobre a reelaboração do *ethos*, enquanto valores, crenças, modos de pensar, sentir e agir, evidente na trajetória de d. Pedro II:

*Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo. (PEDRO II, d., 1862)*

De fato, a partir da década de 1860, percebemos que o *ethos* burguês começa a se sobressair ao *ethos* aristocrático. Não é à toa que, a partir da década de 1870, o imperador passou a usar o traje majestático, com suas penas de papo de tucano, apenas por ocasião da Abertura e do Encerramento da Assembleia Geral, e passa a preferir a casaca burguesa ao manto e ao cetro.

O diário da viagem à América do Norte, aos Estados Unidos e Canadá, em 1876, é emblemático neste sentido, porque nos apresenta as impressões do imperador, que percorreu trinta dos cinquenta estados norte-americanos, frente às novas tecnologias, ao processo de industrialização, à instrução, inclusive pública, às relações de gênero, enfim, diante da modernidade. Em muitas passagens o entusiasmo de d. Pedro II, que declara preferir ser recebido como cidadão comum, é totalmente paradoxal para o governante de um país, cuja economia é fundamentalmente agrária e escravocrata e onde 85% da população são analfabetos. Em Washington D.C. observa:

*Depois de jantar fui à imprensa nacional. 1200 trabalhadores. Salões de 300 pés de comprimento e 76 de largura, para composição, prensas das melhores — uma imprime 7.000 folhas de ambos os lados numa hora. Disseram-me que a máquina não dobra perfeitamente; porém depois o diretor confessou que o governo não adota essa máquina nem a de coser para empregar mais braços. Bela oficina de encadernação — encadernam muito solidamente e com gosto. Há 500 mulheres empregadas. A oficina da eletrotipia é mesquinha. Imprime só para o governo na razão de 700.000 impressos por ano e encadernam na mesma razão. É um estabelecimento digno de ver-se. Montou-se em 1861. (PEDRO II, d., 1876)*

Mas nada mais enfático para exemplificar nossa hipótese do que a opinião de d. Pedro II sobre a escravidão nos Estados Unidos, como exemplificam as passagens a seguir:

*20 de maio de 1876 – (...) Conversei com uma senhora idosa que perdeu marido e filho combatendo pela causa do Sul. Disse-me que não tinha mais pátria e admirou-se de que visitasse Grant prevaricador. Respondi-lhe convenientemente e ela concordou comigo que o princípio da escravidão tinha tornado antipática a causa do Sul e que, apesar de nada dizer a tal respeito a constituição, não podia estar na mente de Washington, Franklin, Jefferson e tantos outros grandes homens da Independência manter tal princípio. Enfim que neste mundo o resultado valeu muitíssimo, e que era preciso sujeitar-se a ele tendo o consolo de ver a pátria outra vez reunida, formando uma grande nação. A isto acudira ela logo com dois never bem acentuados. (PEDRO II, d., 1876)*

*24 de maio de 1876 - 6h - Acordei estando nós em Baton-Rouge. Invasão de bárbaros. Já me deram um ramallete de flores monstruoso, porém muito bonito. Um judeu polaco A. Kowalki dirigiu-me uma saudação em hebraico por escrito, que eu li a ele, o que o encantou.*

*Estamos a 130 m. de N. Orleães. Creio que os sulistas hão de incomodar-me com suas obsequiosidades, pois que o bispo já me disse que se fosse possível eles me queriam para monarca do Sul, como durante a guerra da secessão tiveram intenção de se constituírem monarquia e chamar um soberano de*

*fora. O tom da linguagem deles é de quem ainda não se resignou do resultado de sua imprevidência e, sobretudo, de sua má causa interesseira. Por ora nada posso dizer, porém o Norte me tem agradado muito mais que o Sul. (PEDRO II, d., 1876)*

D. Pedro II foi convidado de honra do presidente norte-americano, Ulysses Grant, para a abertura da Exposição Universal da Filadélfia, comemorativa ao centenário da independência dos EUA. Se nos lembrarmos de que as exposições universais eram vitrines da modernidade, das novas tecnologias e da industrialização, e de que o mesmo general Ulysses Grant – que havia sido comandante em chefe das tropas federais nortistas, que combateram o sul, durante a Guerra da Secessão (1861-1865) -, aparece ao lado do imperador na abertura da Exposição de 1876, quando, naquele momento, o Brasil se assemelhava muito mais ao sul dos EUA à época da guerra - agrário e escravista -, torna-se ainda mais evidente o desajuste entre o *ethos* do imperador e a realidade brasileira.

## **5. Conclusão**

Enquanto projeto vinculado ao Museu Imperial e, portanto, ao Instituto Brasileiro de Museus, cabe à equipe do Arquivo Histórico pautar suas ações, e por que não dizer suas reflexões, no novo paradigma institucional, baseado numa política cultural que leve em conta a multiplicidade de vozes, a diversidade e complexidade da cultura brasileira, buscando a redefinição da identidade nacional em bases amplas e democráticas.

Neste sentido, nossa pesquisa tem permitido a reflexão crítica, interdisciplinar, sobre o processo de construção de identidade nacional: do mito fundador indigenista ao processo civilizatório, nos moldes europeus, que ultrapassou o período imperial, estendendo-se à Belle Époque republicana, o que, em ambos os casos, configura-se como identidades distorcidas, descoladas da formação econômica, social, cultural e política do Brasil.

Entendemos que a autonomia do agente social é relativa, já que há sempre uma intenção objetiva que ultrapassa as intenções conscientes, e que a trajetória individual, apesar das estratégias que permitem na prática reelaborar as regras, contém em si a objetividade dada pelo social.

Por isso a trajetória do imperador d. Pedro II, narrada em parte em seus diários, nos possibilita perceber a contradição entre ambos os modelos de identidade criados e a estrutura social brasileira, pelo menos até a década de 1930, quando sobressai a originalidade da perspectiva de análise cultural adotada por Gilberto Freyre, e a identidade nacional é, então, repensada a partir de um novo paradigma. Em suma, a biografia de d. Pedro II nos permite abordar as contradições inerentes à sociedade brasileira no período monárquico, particularmente no Segundo Reinado.

Assim, abraçamos o desafio de refletir sobre estas fontes – os diários – sob novos olhares: alguns problemas abordados neste texto, sem dúvida, já foram examinados por outros pesquisadores, historiadores e cientistas sociais, mas o que talvez o nosso trabalho possa trazer de novidade é justamente o repensar tais problematizações a partir de fontes inéditas para estes questionamentos. Sim, porque se já foram analisadas por muitos pesquisadores e biógrafos de d. Pedro II, nos parece novo que os relatos do imperador tenham sido percebidos enquanto etnografia, por exemplo. Enfim, se as fontes também não são inéditas, a apresentação de novos olhares sobre os diários do imperador revelam muitas possibilidades para a historiografia atual.

## 6. Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional. História da Vida Privada no Brasil. v. 2.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens.* Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891.* Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental.* 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. *Arquivo & História.* Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 2, 1996, p. 7-16.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia.* 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-81.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e Abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 15-57.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. *Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu: aproximações em defesa da História*. Monografia apresentada ao Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis. Licenciatura em História. 2008, 56 p.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998, 37 p.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Imperial: 1870-1889*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL EXISTENTES NO CATELO D`EU. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2 v.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e Abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

LOPES, Luís Carlos. *A Imagem e a Sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. 110 p.

MATTOS, Imar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 13-47.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Arquivos Correntes, o calcanhar de Aquiles da Arquivologia. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 17 – 21, jan./jun. 1987.

PEDRO II, d. Diários. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Alcindo. *O Arquivo do Museu Imperial*. Anuário do Museu Imperial. v. 11. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1950, p. 155-176.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 150-202.